

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Instituto de Psicologia

Curso de Graduação de Licenciatura em Psicologia

Aspectos da interface Psicologia-Educação: o *bullying* e o psicólogo
licenciado

Mariana Reichelt Chemello

Porto Alegre, julho de 2011.

MARIANA REICHELTE CHEMELLO

**ASPECTOS DA INTERFACE PSICOLOGIA-EDUCAÇÃO: O
BULLYING E O PSICÓLOGO LICENCIADO**

Monografia elaborada como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Psicologia pelo curso de Graduação de Licenciatura em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Luciana Fernandes
Marques

Porto Alegre, julho de 2011.

RESUMO

Aspectos da interface Psicologia-Educação: o *bullying* e o psicólogo licenciado

O presente artigo, de cunho teórico, trata a respeito de considerações sobre o fazer do psicólogo licenciado, visando à valorização desse campo de atuação e analisando as possibilidades de atuação do professor de Psicologia em ambientes de aprendizagem onde o *bullying* ocorra. O tema do *bullying* é caracterizado e abordado nos seus impactos psicológicos, sociais e institucionais. E, a Licenciatura em Psicologia é debatida como um campo prático, pouco explorado capaz de contribuir significativamente com as questões de violência escolar.

Palavras-chaves: Licenciatura em Psicologia, *bullying*, violência escolar.

ABSTRACT

Interface aspects between Psychology and Education: *bullying* and psychology teacher

This is a theoretical study that raises questions about the licensed psychologist, seeking the recovery of this field and analyzing the performance possibilities of Professor of Psychology in learning environments where *bullying* occurs. The theme of *bullying* is characterized and discussed in their psychological, social and institutional impacts. The Psychology Teaching is discussed as a practical field, little explored and able to contribute significantly to the issues of school violence.

Keywords: "Psychology *Teaching*", *bullying*, school violence.

Aspectos da interface Psicologia-Educação: o *bullying* e o psicólogo licenciado

O tema do *bullying* tem sido um dos assuntos mais repetidos na mídia quando se fala em problemas escolares. O massacre de 12 crianças ocorrido em abril de 2011 numa escola municipal no bairro do Realengo no Rio de Janeiro, seguido da divulgação de um vídeo feito pelo assassino, exaltou o assunto. O assassino citou o *bullying* entre um dos seus motivos (Rede Bom Dia, 2011). Com a exposição do tema fica evidente a complexidade do assunto que exalta a violência dentro de redutos escolares, onde a segurança deveria ser a norma. Desde a preocupação com porte de armas por adolescentes até intervenções mais sistemáticas em escolas surgem como possibilidades de prevenção e erradicação dessa prática.

Na Psicologia, a licenciatura é um campo de atuação a ser explorado onde a abordagem ao *bullying* pode ser realizada diretamente em grupos de crianças e jovens. A licenciatura em Psicologia tem tido um espaço de pouco prestígio e praticamente sem lugar de atuação formal. Se por um lado, a comunicação da Psicologia com a Educação parece muito salutar a ambas, por outro lado parece aos psicólogos que o ensino de Psicologia é uma atividade menor (Mrech, 2007).

O presente artigo, de cunho teórico, trata a respeito de considerações sobre o fazer do psicólogo licenciado, visando à valorização desse campo de atuação e analisando as possibilidades de atuação do professor de Psicologia em ambientes de aprendizagem onde o *bullying* ocorra.

A Licenciatura em Psicologia

O licenciado em Psicologia é um profissional com competências e habilidades para identificar contextos de atuação, planejar, executar e avaliar sua práxis tanto no ensino médio, como em cursos técnicos e profissionalizantes, organizações não-governamentais, associações comunitárias e outros contextos educativos presenciais e virtuais. A Licenciatura em Psicologia ainda é uma área pouco conhecida e praticamente sem espaço consolidado no mercado de trabalho. Ela é vista como uma modalidade de ensino de grau complementar e opcional que é realizado após a conclusão da graduação em Psicologia. Depois de formado, o psicólogo cursa as disciplinas pedagógicas e realiza estágios docentes supervisionados para obter o grau de Licenciado em Psicologia. Este grau, segundo a Lei Federal nº 4.119 (de 27 de agosto de 1962), permite, capacita e habilita que o graduado ministre aulas de Psicologia atendendo as exigências legais devidas.

A prática em sala de aula é um campo do fazer a ser explorado e aprofundado pelo psicólogo-professor. Na prática docente são observados vários aspectos de interface entre Psicologia e educação que devem ser considerados no seu impacto junto aos alunos. A vivência do psicólogo-professor se mostra como uma experiência muito rica e pouco ainda investigada tanto em termos de pesquisa quanto de mercado profissional, pois a possibilidade de contribuição da Psicologia na interface com a educação se insere em muitos contextos de aprendizagem. O licenciado em Psicologia pode contribuir significativamente para as diferentes disciplinas de ensino de cursos técnicos, por exemplo, podendo facilitar a compreensão, a abordagem e a

discussão de conceitos relacionados às relações humanas, aspectos grupais, à comunicação interpessoal, à ética e outros temas pertinentes à prática do ensino profissionalizante.

Assim, ao iniciar o trabalho com um grupo, o professor de psicologia atenta, entre os primeiros elementos a serem considerados, ao contexto e público-alvo do seu trabalho, indagando: “Quem são os alunos?” “De onde eles vêm?”, “Quais seus contextos de vida?”, “O que estão procurando, seja no curso técnico que escolheram, seja no curso universitário que pretendem ingressar?”.

Com essas questões iniciais, é possível pensar na prática da docência voltada para o educando e à sua realidade. Neste sentido, a Psicologia pode contribuir de forma multidisciplinar propondo reflexões entre diferentes saberes como a educação, a cultura, a filosofia, a saúde, a administração, o direito, a sociologia e outras. Além disso, é necessário também que o psicólogo-professor considere diferentes visões da realidade, multi, inter e transdisciplinares, pois sua atuação poderá intervir em diferentes situações de aprendizagem nos mais variados ambientes e contextos.

Características e possibilidades de atuação do licenciado em Psicologia

Segundo Larroca (2000), a condução do ensino de Psicologia requer um desenvolvimento profissional mais crítico e reflexivo, pois é preciso que o profissional fundamente sua pesquisa na prática, aprendendo a reconhecê-la e a refletir sobre ela com os instrumentais teóricos da Psicologia, na relação educação-sociedade a fim de fundamentar-se no real. Para isso, é importante que compreenda o ser humano em sua multidimensionalidade. Se a escola foi instituída para realizar a transmissão/assimilação/construção dos

conhecimentos, é pertinente lembrar que a pessoa possui um domínio intelectual que também é afetivo, social, cultural, sexual, lúdico, estético, econômico, biológico. Compreender e contemplar os variados domínios e dimensões do ser humano implicará reconhecer as condições que se fazem necessárias ao seu desenvolvimento integral e harmonioso. A visão de ser humano implica práticas educativas diferenciadas, atendendo os múltiplos domínios de forma equilibrada e articulada.

Freire (1980) considera que o projeto de pluralidade na Psicologia Educacional se relaciona à docência e precisa amparar-se em três aspectos essenciais: a compreensão epistemológica, a práxis e a consciência histórica. Ou seja, além da formação crítico-reflexiva, é preciso clareza no ensino acerca dos objetos de estudo dos diferentes teóricos, dos princípios epistemológicos que os regem, dos pressupostos filosóficos que os sustentam e da história de cada elaboração. Sem isso, no pluralismo haverá ecletismo e favorecerá a manutenção de consciências ingênuas. Então, além de questionar qual a visão de ser humano está em jogo, o professor pode enriquecer sua prática questionando as bases teóricas, metodológicas e sua adequação ao tempo atual (Larocca, 1999).

As visões adotadas e seus questionamentos constantes podem gerar um impacto positivo na prática docente para que ela seja continuamente pensada e repensada na forma como seu o diálogo com a realidade é conduzido. Beisiegel (1983) considera as idéias de Freire em que a educação pode ser entendida como um caminho para o autogoverno e participação dos homens para a construção da vida coletiva. O ponto central do trabalho educativo seria a relação educador-educando. Assim, o processo educativo

seria considerado um processo humano. Esse processo envolveria o desenvolvimento de atitudes de aceitação do outro e de tolerância diante de eventuais desacordos, através da educação pelo diálogo e para o diálogo.

Nesse processo humano também devemos considerar aspectos relacionados às relações interpessoais como a percepção e a habilidade que são relevantes no aprendizado e mencionados por Moscovici (1998). É relevante desenvolver a percepção social, pois isso significa um aprendizado e um longo processo de crescimento pessoal que envolve autopercepção, autoconscientização e auto-aceitação, como pré-requisitos de possibilidades de percepção mais realística dos outros e da situação interpessoal. Assim, na base do aprendizado do perceber o outro está a percepção de si mesmo e a aceitação das próprias características e possibilidades. O indivíduo que tem percepção mais acurada de si pode ter uma percepção mais acurada do outro, da situação interpessoal, e pode agir de forma adequada e realística. Esse pode ser um fator de diferenciação do professor de Psicologia licenciado, na medida em que ele contribui para a formação de um aluno que poderá ser um profissional mais preparado e com mais abertura para as relações profissionais interpessoais.

A qualidade do diálogo e da troca educador-educando pode ser uma forma de transformação mútua. A prática de ensino pode ser entendida como prática solidária, ação que potencializa o diálogo entre todos, gerando um espaço/tempo em que o heterogêneo se expresse e permita a convivência entre os diferentes (Gimenes, 2002). Nesta prática, o cotidiano escolar pode ser visto como um espaço/tempo de emancipação, que os próprios sujeitos podem criar alternativas, inovar e reinventar, reconhecer a importância daquilo

que produzem. Os conhecimentos são elaborados em redes de saberes do cotidiano e serão legitimados na busca de emancipação de cada sujeito que nele atua e necessita ser respeitado em sua multiplicidade, complexidade e potencialidade.

Conforme Moraes (2007), para se conduzir uma sala de aula são necessárias competências básicas. Ser professor exige saber, saber fazer e, sobretudo, saber ser. O saber fazer, falaria a respeito da habilidade de comunicação. Muitas são as indagações que podem aprofundar a reflexão nesse sentido: Qual a linguagem de acesso para a facilitação da compreensão dos conteúdos da minha disciplina? Como apresentar os dados da informação de modo a significá-los e oportunizar a sua transformação em conhecimentos? Que recursos podem ser mobilizados para fazer o tempo de aula um momento prazeroso na vida atribulada de tantas pessoas que, na maior parte das vezes, chegam à universidade (ou escola) após um dia exaustivo de trabalho? Essas seriam questões cruciais no fazer profissional para um professor que pretende ser mais do que um mero transmissor de informações.

E sobre esta dimensão “saber ser”? Moraes (2007) considera que talvez neste aspecto resida o grande diferencial - saber ser pessoa junto a outras pessoas. O professor se perceber como mediador de relações interpessoais significativas e acredita ser ensinante e aprendente nas relações de sala de aula e trocas pedagógicas. Para o saber ser também é necessário que cada docente possa fazer uma análise de sua própria ação, sobre os sentimentos envolvidos na articulação da teoria com a prática. Baibich (2003) nos convoca a pensar na possibilidade de, ao tolerar a dor e a frustração, criar novos espaços internos para novos saberes, como condição básica para desenvolvimento de

qualquer projeto pedagógico. É preciso aprender a olhar e escutar sem medo de deixar de ser, sem medo de deixar o outro ser. Isso exige de nós uma enorme dedicação para aprender a perceber o cotidiano sem evitar, negar ou desqualificar o diferente, sem buscar enquadrá-lo no modelo socialmente idealizado, abrindo espaços e escuta às muitas vozes. O respeito às diferenças, um certo grau de abertura e imparcialidade também são atitudes importantes a serem consideradas na prática do docente (Maturana conforme citado por Gimenes, 2002).

Muitos seriam os requisitos de uma atuação docente que vai além dos aspectos técnicos e didáticos, exclusivamente. O professor deve considerar na sua práxis uma atitude responsiva. Isto é, aquela que, ao mesmo tempo, exige (de si e do outro) e reconhece que pode favorecer o desenvolvimento das consciências autônomas, dos sujeitos epistêmicos. Essa atitude demonstra a valorização da formação como um todo e não apenas o desenvolvimento de um conteúdo. O professor também deve reconhecer limites dos alunos e exigir esforço e desenvolvimento compatíveis com as condições próprias de cada um dos sujeitos do processo. Ao mesmo tempo em que age como alguém que se reconhece e se exige, é firme, porém sem perder a ternura (Baibich, 2003).

Tendo em vista os aspectos abordados é fundamental não somente a atitude humana responsiva e reflexiva por parte do docente, além das suas vivências e possibilidades, mas também conhecer quem é esse aluno, de onde ele vem, como é sua compreensão, seu entendimento da realidade. Essa atenção voltada para as características do seu público-alvo faz parte da atitude do docente que reconhece em seus alunos o potencial humano e não apenas o desenvolvimento de competências para o trabalho e o mercado. O trabalho do

docente em Psicologia vai além desse reconhecimento, ele deve instigar o pensamento crítico, o diálogo, a iniciativa, a responsabilidade e estimular atitudes responsivas e éticas, promovendo o desenvolvimento humano em um amplo espectro de domínios.

O *bullying*: uma prática de violência escolar

A violência nas escolas é uma realidade incontestável. Waiselfisz (2006), afirma que o Brasil lidera os índices de homicídios de jovens por arma de fogo. Pesquisas feitas com jovens em escola mostraram que cerca de 40% sabiam onde obter armas de fogo e que há uma grande circulação e disponibilidade de armas de fogo no Brasil. Estima-se que sejam 120 milhões de armas de fogo em circulação. A violência é um fator que mobiliza a sociedade. Cada vez mais, ela é motivo de preocupação do governo, das autoridades e dos cidadãos comuns. A violência na escola é um antigo problema e quando ocorre o uso do poder ou da força para intimidar ou perseguir os outros na escola (*school place bullying*) ou no trabalho (*work place bullying*) ela é denominada *bullying*. Segundo Neto e Saavedra (2003), em pesquisa realizada pela ABRAPIA com 5.482 alunos de nove escolas públicas e duas particulares, de 5ª a 8ª série, no período de novembro de 2002 e março de 2003, constata que 40,5% dos alunos estão diretamente envolvidos em situações relacionadas ao *bullying*. Esse fenômeno tem motivado pesquisadores e educadores a estudar as causas que motivam a violência e a perda do significado da palavra respeito.

Em função de vários episódios de assassinatos em escolas, o *bullying* pode ser apontado como o mais grave problema existente nas escolas em todo mundo e parece haver um aumento da incidência do fenômeno. O desenvolvimento deste nas escolas está fortemente ligado ao insucesso e à

evasão escolar, portanto ele também se torna um problema pedagógico. O comportamento violento dificulta a convivência em diferentes espaços como a escola, a família e a comunidade. Em função da violência ser um problema crescente de saúde pública com conseqüências para crianças e jovens, urge a divulgação da prevenção do *bullying*. Escolas, professores, pais e alunos devem ser alertados para esta prática (Rolim, 2010).

De origem inglesa, a palavra *bullying* ainda não tem tradução no Brasil, mas é usada para qualificar comportamentos violentos no âmbito escolar e em outros ambientes. Tais comportamentos, geralmente, não apresentam motivações específicas ou justificáveis. Crianças e jovens muitas vezes sofrem calados frente ao comportamento de seus ofensores, não podendo se defender. Portanto, as conseqüências podem ser desastrosas, desde repetência e evasão escolar até isolamento, depressão, e nos casos mais graves, suicídio e homicídio (Silva, 2010). Para Fante (2005), *bullying* é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder. A palavra *bull* pode ser traduzida por indivíduo valentão, tirano, mandão, brigão. Ele é caracterizado por atos repetidos entre iguais (estudantes) e o desequilíbrio de poder são as características essenciais, que tornam possível a intimidação da vítima (ABRAPIA, 2003).

O conceito de *bullying* pode ir além da prática de atribuir apelidos pejorativos às pessoas como a maioria das pessoas acredita. Ele se caracteriza por ser algo agressivo e negativo, executado repetidamente e que ocorre quando há um desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. Desta

forma, este comportamento pode ocorrer em vários ambientes, como escolas, universidades, no trabalho ou até mesmo entre vizinhos (Beane, 2010). Assim, o *bullying* torna-se uma atividade consciente, desejada e hostil com objetivo de ferir, induzir o medo pela ameaça de futuras agressões e criar terror. É possível afirmar que esse fenômeno possui três elementos: desequilíbrio de poder, intenção de ferir e ameaça de futura agressão (Coloroso, 2004). Geralmente, os meninos, em maior frequência, estão mais envolvidos com o *bullying*, tanto como autores quanto como alvos. Já entre as meninas, embora com menor frequência, o *bullying* também ocorre e se caracteriza, principalmente, como prática de exclusão ou difamação. Outro fator presente é o do agressor escolher suas vítimas com certos critérios, entre aquelas pessoas que por medo ou invisibilidade social não irão enfrentá-lo. O *bullying* pode ocorrer através de um jogo de forças no qual vigora a lei do mais forte. Assim, o agressor pensa as relações sociais por intermédio das hierarquias, se está por cima, ele bate, se está por baixo, ele se cala (Beaudoin & Taille, 2007). A prática do *bullying* se concentra na combinação entre a intimidação e a humilhação das pessoas, geralmente mais acomodadas, passivas ou que não possuem condições de exercer o poder sobre alguém ou sobre um grupo. É uma forma de abuso psicológico, físico e social. É uma prática intencional de maltratar a outra pessoa. Nos ambientes de trabalho também ocorrem intimidações regulares e persistentes que atingem a integridade e confiança da vítima. Entre vizinhos, tal prática é identificada quando alguns moradores possuem atitudes propositais e sistemáticas com o fim de atrapalhar e incomodar os outros.

O *bullying* é um problema mundial, sendo encontrado em toda e qualquer escola, não estando restrito a nenhum tipo específico de instituição: primária ou secundária, pública ou privada, rural ou urbana. Pode-se afirmar que há escolas que não admitem a ocorrência de *bullying* entre seus alunos, ou desconhecem o problema, ou se negam a enfrentá-lo. Cerca de 160 mil estudantes, todos os dias, ficam em casa por causa do *bullying* (Beane, 2010). Esses alunos atrasam seu desenvolvimento escolar e podem desenvolver sentimentos de impotência e depressão. O *bullying* sempre existiu, mas nunca foi tão freqüente e cruel. O que ocorre é que as escolas se omitem diante deste problema e isso é um fator decisivo para o aumento dos casos (Beane, 2010).

No Rio Grande do Sul, a lei 13.474 de 28 de junho de 2010 que dispõe sobre o combate da prática de *bullying* por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, prevê políticas públicas contra o *bullying* nas escolas de ensino básico, privadas ou do Estado. A lei tem como objetivo reduzir a prática da violência dentro e fora das instituições, promover a cidadania, identificar dentro das instituições, a incidência e a natureza das práticas de *bullying*. Tem também como plano desenvolver a prevenção e o combate às práticas de *bullying* com capacitação de docentes e equipes pedagógicas para diagnosticar este tipo de comportamento. Além disso, a lei prevê que as vítimas de *bullying* e seus familiares tenham direito a orientação, apoio técnico e psicológico, para que seja garantida a recuperação da autoestima das vítimas e a minimização dos eventuais prejuízos em seu desenvolvimento escolar (Redação Terra, 2010).

Não sendo apenas um problema brasileiro é possível encontrar características similares como o visto em um estudo realizado em Portugal por

Matos e Carvalhosa (2001). Os autores distribuíram 6903 inquéritos a alunos de escolas escolhidas aleatoriamente, com as idades entre 11 e 16 anos para analisar a violência na escola entre vítimas. O estudo revelou que:

- Mais de metade dos alunos inqueridos são do sexo feminino (53.0%);
- 25.7% dos jovens afirmaram terem se envolvido em comportamentos de violência, tanto como vítimas, provocadores ou duplamente envolvidos;
- as vítimas de violência são, em sua maioria, masculinas (58.0%);
- os inqueridos que se envolveram em comportamentos de violência em todas as suas formas situavam-se em torno dos 13 anos de idade;
- os jovens provocadores de violência são aqueles que têm hábitos de consumo de tabaco e álcool. Também são os que experimentaram e consumiram drogas no mês anterior à realização do inquérito;
- quanto às lutas, nos últimos meses anteriores ao inquérito, 19.08% dos jovens envolveram-se em comportamentos violentos;
- os vitimados pela violência, são os que andam com armas (navalha ou pistola) com o intuito da sua própria defesa;
- adolescentes que veem televisão quatro horas ou mais por dia são os que estão mais frequentemente envolvidos em atos de violência;
- vítimas e agentes de violência não gostam de ir à escola, acham entediante ter que a frequentar e não se sentem seguros no espaço escolar;
- nos atores da violência, a comunicação com as figuras parentais é difícil;
- 16.05% das vítimas vivem em famílias monoparentais e 10.9% dos provocadores vive com famílias reconstruídas;
- quanto aos professores, os alunos sujeitos e alvos de violência consideram que estes não os encorajam a expressar os seus pontos de vista, não os

tratam com justiça, não os ajudam quando eles precisam e não se interessam por eles enquanto pessoas;

- em relação ao relacionamento entre grupo de pares, estes adolescentes referem a pouca simpatia e não-aceitação por parte dos colegas de turma, a dificuldade em obter novas amizades, ausência quase total de amigos íntimos.

Esses dados apontam para a complexidade do fenômeno e envolvimento de múltiplas variáveis como a falta de apoio familiar e social, dificuldades na escola, mau relacionamento com colegas e professores, maus hábitos no uso do tempo livre, etc. Esses dados também sugerem uma abordagem ampla que possa incluir a família, a escola, hábitos e condições de vida.

Fica claro nesses dados que o *bullying* é um problema grave que afeta a segurança dos alunos em muitas escolas. Esse comportamento pode estar relacionado ao fato das crianças estarem infelizes, irritadas e sentirem-se desvinculadas ou impotentes em outras áreas de suas vidas. Somente a partir de um lugar de compreensão da complexidade da experiência da criança é que o educador pode começar a responder de maneira eficiente aos casos de *bullying*. Toda violência é uma forma de desrespeito, uma maneira de tratar o próximo como um meio e não como um fim em si mesmo. A violência é ausência de generosidade, ausência de compaixão, e não raras vezes presença de crueldade (Beaudoin & Taille, 2007). Programas que enfatizam capacidades sociais e aquisição de competências parecem ser as estratégias mais eficazes para a prevenção da violência juvenil e mais efetivos em escola de educação infantil e ensino fundamental (Organização Mundial de Saúde conforme citado por Rolim, 2010).

A contribuição do professor de Psicologia em práticas violentas como o *bullying*

Considerando que o professor de Psicologia atua em diferentes ambientes, escolares e não escolares, e seu papel não é o de um clínico, qual seria sua contribuição para essa problemática nesses ambientes? O professor de Psicologia possui na sua formação treinamento para estimular o desenvolvimento de habilidades empáticas e tanto pode trabalhar com grupos de crianças em práticas educativas promotoras de valores, quanto pode realizar oficinas sobre essa temática com pais, professores, monitores. Tanto na Psicologia quanto na experiência docente está preparado para abordar o problema com uma visão ampla que dê conta não apenas dos aspectos individuais, mas também grupais e institucionais.

Na medida em que a aprendizagem entra em sintonia com as demandas e as necessidades das pessoas, reconhecendo-as e fortalecendo-as, a educação apresenta um potencial que contribui com a felicidade e a qualidade de vida do indivíduo, possibilitando que eles pensem, reflitam, trabalhem democraticamente o direito de entender, compreendam o mundo, atuem, desenvolvam-se e experimentem (Rolim, 2010). No processo de construção do conhecimento, são assimiladas novas formas de ser e de perceber a realidade, instrumentalizando as pessoas e grupos a adotarem novas formas de agir. A partir disto, o professor de Psicologia possui um importante campo de atuação que contribui para a formação da identidade do sujeito, a construção da sua

cidadania e inserção na sociedade ensinando o respeito ao outro e a diversidade.

Os educadores precisam descobrir dentro de si um modo de sentir compaixão pela criança que faz ameaças e intimidações, entender a complexidade de vivência da criança, pois também pode ocorrer que os alunos agressores passem a ocupar o papel do excluído e do agredido por colegas e professores. Tendo em vista a complexidade do fenômeno do *bullying* tanto nas esferas psicológicas quanto sociais e relacionais, o licenciado em Psicologia pode dar uma contribuição ímpar. Sua contribuição parte de uma formação que dá conta dessa compreensão da vivência do outro, mas como professor agirá a partir de práticas educativas e ações pedagógicas ao invés de clínica (psicólogo clínico) ou institucionalmente (Psicologia Institucional ou Escolar).

De acordo com as pesquisas apresentadas, urge a necessidade de divulgar sua prevenção, pois os efeitos físicos e psicológicos nas vítimas tendem a ser sérios e causarem conseqüências permanentes. Atualmente, apesar do aumento crescente do *bullying*, algumas escolas ignoram a existência desse fenômeno e muitas vezes até mesmo os educadores são coniventes com isso. Os ambientes escolares são espaços também de promoção de saúde, de cultura de paz e a escola deve estimular a reflexão, a liberdade e a inclusão através de uma experiência prazerosa e enriquecedora que também ocorre a partir do contato com o outro (Rolim, 2010). A experiência educativa pode ser uma síntese dessas vivências que provoquem transformações.

A ABRÁPIA (2003), também recomenda:

- Criar um programa modelar no combate ao *bullying*.
- Monitorar, avaliar e analisar a evolução do problema nas escolas.
- Criar referências para os alunos que precisam de apoio e proteção (agressores e vítimas) e para que denunciem as violências sofridas ou testemunhadas.
- Incentivar o protagonismo juvenil.
- Fortalecer e organizar ações já existentes nas escolas.

A inexistência de políticas públicas de prevenção à violência que indiquem a necessidade de priorização das ações de prevenção ao *bullying* nas escolas, objetivando a garantia da saúde e da qualidade da educação, significa que inúmeras crianças e adolescentes estão expostos ao risco de sofrerem abusos regulares de seus pares (Lopes, 2005). Sendo o *bullying* uma prática universal e atemporal, presente em outras épocas e culturas, é fenômeno complexo e de difícil solução, é preciso também um trabalho preventivo. O professor de Psicologia pode dar continuidade a esses projetos em sala de aula com alunos de diferentes faixas etárias e níveis de desenvolvimento. Esse profissional também está habilitado a promover o desenvolvimento positivo das crianças e jovens localizando quais são as melhores práticas educativas para cada faixa etária.

É preciso que pais, educadores e formuladores de políticas públicas proponham maneiras de enfrentar o *bullying* e suas conseqüências através de estratégias *anti-bullying* para enfrentamento da violência escolar (Rolim, 2010). Desta forma, uma ação de efetiva prevenção é necessária não só no âmbito escolar, mas também no familiar e no comunitário, pois não prevenir o *bullying* pode levar o ingresso de jovens na criminalidade. A capacitação da escola

como um todo desde professores, funcionários, motoristas do transporte escolar, monitores e demais sujeitos envolvidos no combate ao *bullying* reforça a importância que o licenciado em Psicologia pode ter nesse contexto. A maioria das escolas não está preparada para identificar e resolver o problema. Isso se deve há vários fatores como: omissão, desconhecimento, negação, entre outros. O tema do *bullying* na escola revela a possibilidade de intervenção do licenciado em Psicologia que possui tanto o domínio da temática das relações interpessoais em várias etapas do ciclo vital, quanto a possibilidade de intervir em práticas educativas promovendo condutas saudáveis e harmônicas, bem como orientar a forma como a escola lidar com o problema em diferentes níveis.

Diante da necessidade de prevenção do *bullying* na escola é necessário o reconhecimento do problema, e a tomada de consciência dos prejuízos que ele pode acarretar. Além disso, é preciso que as escolas capacitem seus funcionários para identificar, diagnosticar e intervir ou encaminhar quando o problema é constatado. Também é importante que as instituições de ensino realizem uma ampla discussão sobre o tema, mobilizando a comunidade para que estratégias preventivas sejam criadas e executadas. Nessa direção, de uma atuação promotora de saúde é que o licenciado em Psicologia pode contribuir nas escolas. Com a exploração desses potenciais é viável que se amplie esse espaço de trabalho numa graduação pouco explorada, a Licenciatura em Psicologia.

Referências

Abrapia - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. Diga NÃO para o *bullying*: resultados de pesquisa. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em:

http://www.observatoriodainfancia.com.br/rubrique.php3?id_rubrique=82. Rio de Janeiro: Brasil, acessado em 24/04/2010.

Baibich, T. (2003). Cadê a psicologia que tava aqui? Maraschin, C., Freitas, L., & Carvalho, D. (Orgs.). Psicologia e educação: multiversos sentidos, olhares e experiências. Porto Alegre: editora da UFRGS.

Beane, A. (2010). Proteja seu filho do *bullying*: impeça que ele maltrate os colegas ou seja maltratado por eles. Rio de Janeiro: Best seller.

Beaudoin, M.& Taille, Y. (2007). Qual a abordagem mais adequada para lidar com o *bullying* na escola? Revista Pedagógica Pátio. (Vol. 11, maio/junho). Porto Alegre: Artmed.

Beisiegel, C. R.(1983). Política e Educação Popular. São Paulo: Ática.

Conselho Federal de Psicologia. Lei Federal nº 4.119 de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo.

Disponível em <http://www.crp07.org.br/upload/legislacao/legislacao87.119>. Acesso em: 20/04/2010.

Coloroso, B. (2004). The Bully, the bullied and the bystander: from preschool to high school – how parents and teachers can help break the cycle of violence. New York: HearperCollins Publishers.

Fante, C. (2005). Fenômeno *Bullying*: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. São Paulo: Verus Editora.

Freire, P. (1980). Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes.

Giannes, C. Os espaços/tempos do cotidiano escolar e os usos das tecnologias. (2002) Leite, M. & Filé, V. (Orgs.). Subjetividade, tecnologias e escolas. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

Larocca, P. (1999). A psicologia na formação docente. Campinas: Editora Alínea.

Larocca, P.(2000). O saber psicológico e a docência: reflexões sobre o ensino de psicologia na educação. Psicologia, Ciência e Profissão. 20(2), 60-65.

Lei 13.474 de 28 de junho de 2010 que dispõe sobre o combate da prática de “*bullying*” por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/Arquivos/13.474.pdf>. Acesso: 21/11/2010.

Lopes, N. A. A. (2005). *Bullying* – comportamento agressivo entre estudantes. J. Pediatría, 81(5), S164-S172.

Matos, M & Carvalhosa, S. F. (2001). A violência na escola: vítimas, provocadores e outros. Tema 2, n.º 1. Faculdade de Motricidade Humana/ PEPT – Saúde/GPT da CM Lisboa. Disponível em <http://br.monografias.com/trabalhos/violencia-nas-escolas/violencia-nas-escolas.shtml>. Acessado em 20/04/2010.

Mrech, L. M. (2007). Um breve histórico a respeito do ensino da Psicologia no ensino médio. Educação Temática Digital, 8(2), 225-235.

Morais, M. L. C. (2007). Relações interpessoais na formação do educador: uma visão psicopedagógica. Disponível em <http://www.abpp.com.br/artigos/68.htm>, acessado em 20/04/2010.

Moscovici, F. (1998). Desenvolvimento Interpessoal: Treinamento em Grupo. Rio de Janeiro: José Olympio.

Neto, A. A. L. & Saavedra, L. H. Diga NÃO para o bullying: resultados de pesquisa. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em:

http://www.observatoriodainfancia.com.br/rubrique.php3?id_rubrique=82.

Acessado em: 24/04/2010.

Redação Terra. (2010). RS: Governadora sanciona lei que combate bullying em escolas. Disponível em:

<http://noticias.terra.com.br/educacao/noticias/0,,O14537924-EI8266,00->

[RS+governadora+sanciona+lei+que+combate+bullying+em+escolas.html](http://noticias.terra.com.br/educacao/noticias/0,,O14537924-EI8266,00-RS+governadora+sanciona+lei+que+combate+bullying+em+escolas.html).

Acessado em 21/11/2010.

Rede Bom Dia. (2011). Assassino diz que bullying foi um dos motivos do crime.

Disponível em: [http://www.redebomdia.com.br/Noticias/Dia-a-](http://www.redebomdia.com.br/Noticias/Dia-a-dia/50874/Assassino+diz+em+video+que+bullying+foi+um+dos+motivos+do+crime)

[dia/50874/Assassino+diz+em+video+que+bullying+foi+um+dos+motivos+do+crime](http://www.redebomdia.com.br/Noticias/Dia-a-dia/50874/Assassino+diz+em+video+que+bullying+foi+um+dos+motivos+do+crime). Acessado em 23 de maio de 2011.

Rolim, M. (2010). Bullying: O Pesadelo na Escola. Porto Alegre: Dom Quixote.

Senado Federal. (2010). Lei federal nº 4.119, de 27 de agosto de 1962.

Disponível em: <http://senado.gov.br>, acessado em 10/10/2010.

Silva, A. B. B. (2010). Mentes Perigosas nas Escolas: Bullying. Rio de Janeiro: Objetiva.

Waiselfisz, J. J. (2006). Brasil tem índices de violência catastróficos. Disponível em <http://www.comunidadessegura.org/pt-br/node/31020>, acessado em 10/08/2010.